

Cultura: das obrigações do Estado à participação civil

Augusto Santos Silva

Resumo: O texto examina analiticamente dois problemas: as condições de formação de políticas públicas para a cultura; e as condições para o estabelecimento de concertação entre autoridades públicas e agentes sociais, no domínio cultural. Quanto ao primeiro problema, procura mostrar-se como as políticas tendem a definir-se por relação a quatro grandes finalidades: o património; a formação educativa de públicos; a sustentação da oferta; e o uso económico-político da cultura. Quanto ao segundo problema, chama-se a atenção para o simplismo da dicotomia corrente entre público e privado. Também na cultura a importância do «terceiro sector» é decisiva; e a diversidade interna, quer ao conjunto da administração pública, quer ao universo dos promotores, criadores e mecenas culturais, exige análises finas e contextualizadas.

1. Uma das principais mudanças do nosso tempo passa-se no domínio da cultura, e sob o signo da diversidade.

A massificação do consumo de bens culturais produzidos e distribuídos segundo uma lógica industrial arrasta efeitos de homogeneização de formas e mensagens, que interagem com a heterogeneidade dos agentes e modos de recepção. Uma nova cultura popular, resultante desse mesmo processo de massificação e, em particular, do desenvolvimento de produtos deliberadamente dirigidos a públicos pouco favorecidos em capital cultural incorporado, condiciona crescentemente os padrões de práticas e obras culturais tradicionais, em meios populares urbanos e rurais; mas não os elimina nem supera. Ao mesmo tempo, algumas dessas práticas e obras tradicionais, e as combinações singularizantes em que cristalizaram, são objecto de monumentalização ou patrimonialização, por parte de

elites e instituições académicas e eruditas, que nelas vêem e celebram valores e identidades a preservar.

Nas cidades, a cultura torna-se vector dos rituais de apresentação de si, de ocupação e travessia do espaço público e de interacção expressiva entre grupos: a «animação» confere um matiz próprio ao consumo de lazer, e potencia formas de estetização do quotidiano. Não obstante, as fronteiras simbólicas e materiais entre níveis de cultura e, designadamente, entre cultura erudita, académica ou de vanguarda, e culturas massificadas e/ou subalternas, resistem aos movimentos de intersecção e recomposição destes mesmos níveis. O que não significa, decerto, que sejam imunes às consequências das pressões à industrialização e mercantilização: bem ao contrário, em pleno coração das artes socialmente enobrecidas, complexificam-se as posições e os jogos entre posições, entre criação ou autoria, produção ou empresariado, mediação e distribuição, crítica e consagração, institucionalização e transmissão. Não é apenas a indústria cultural, no sentido mais restrito, que obedece à lógica do mercado: todo um *cluster* de actividades culturais, de contornos suficientemente flexíveis para acolher mudanças e inovações em curso, afirma-se e afirma a sua centralidade económica. Ele é o principal ingrediente do chamado terciário superior, e aí se articula estreitamente a outras fileiras como o turismo, a educação ou a comunicação.

As cidades vivem cada vez mais do vasto leque de actividades em torno da informação, da ciência, da tecnologia, do lazer, das linguagens e da criação. Nelas, a cultura não se limita à oferta de uma fruição aparentemente desinteressada ou supérflua, ou cujos efeitos económicos seriam apenas indirectos. Para além de convocar uma rede de actividades económicas em si mesmas, constitui um factor de afirmação competitiva e de atracção de recursos, investimentos e pessoas, que nenhuma autoridade pode ignorar; sem abandonar, com isso, a sua já antiga funcionalidade política, no plano da representação ostentatória dos poderes, da celebração cerimonial e festiva de comunidades e da integração simbólica e lúdica de massas populacionais.

Aliás, a evolução recente das paisagens urbanas, com os movimentos de realocação comercial, produtiva e residencial, a afirmação de novas centralidades físicas, económicas e institucionais, a degradação dos bairros históricos e de certas zonas outrora pujantes, como algumas áreas portuárias e industriais, tem motivado programas de reconversão e desenvolvimento que reservam ao consumo cultural e de lazer um papel privilegiado, do ponto de vista do reordenamento e dignificação dos espaços. E também as políticas sociais esperam da revalorização de antigos e novos lugares, oportunidades e redes de associação e interacção cultural colectiva, importantes efeitos positivos para a coesão dos tecidos sociais.

As marcas territoriais vão sofrendo, entretanto, alterações fundamentais. Quer na sua dimensão tecnológica, quer na económica, a globalização questiona os enquadramentos espaciais, diluindo fronteiras, encurtando distâncias, acelerando brutalmente a velocidade de circulação de ideias, produtos e projectos, superando velhos filtros linguísticos e nacionais; ao mesmo tempo que interroga, umas vezes deslegitimando, outras patrimonializando, raízes identitárias locais. Estados, regiões ou autarquias lidam, aqui como noutros sectores (por exemplo, o financeiro), com interesses e iniciativas cujo controlo lhes escapa mas a que não podem ser indiferentes.

Algumas das transformações tecnológicas e sociais que diminuem a fricção da distância entre emissores e receptores de símbolos e mensagens culturais, alteram também a diferenciação funcional entre eles. Claro que, desde há muito, a oposição entre produtor e consumidor era modulada, quer pela presença de intermediadores da valoração de um bem, autor ou escola (como a crítica, a academia, o museu, a galeria, a escola), quer pela presença de práticas irredutíveis a um só dos dois opostos — práticas de *amadores*, receptores-emissores de obras e correntes culturais, estetas à sua escala, animados por motivações e gratificações distintas mas não incomunicáveis com as dos autores propriamente ditos. Mas, agora, não só assistimos à reformulação dos termos da relação entre criadores e produtores-difusores, associada à expansão da ordem mercantil, como também à dignificação de processos criativos que, recorrendo a técnicas de colagem, glosa, intertextualidade, recontextualização, citação obsessiva, procuram questionar a estética de autor, assim como ao reforço de formas de organização e institucionalização que pretendem positivar os efeitos da pequena escala.

Por último, as transformações assinaladas mantêm uma relação de determinação recíproca com dinâmicas de recomposição social — quer as sinalizadas comumente como fortalecimento demográfico e sociopolítico das novas classes médias, quer as que têm especificamente a ver com os equilíbrios entre as várias categorias socioprofissionais que constituem essas classes e que as articulam com as classes dirigentes das sociedades industriais avançadas. Mercê dessa relação, os públicos culturais têm mudado, e no sentido de uma maior heterogeneidade.

2. A apresentação anterior não pretende ser sistemática. Procura tão-só estabelecer algumas balizas «duras» para a nossa discussão sobre a interacção Estado/sociedade civil, em matéria de acção cultural.

Evidentemente, à pressão que tem origem na complexificação e na diversificação descritas, haveria de acrescentar-se constrições que têm a

ver com a própria forma do Estado contemporâneo. Não é este o lugar apropriado para analisar essa constrição; mas não se esqueçam os seus efeitos principais.

De um lado, vivemos um Estado-Providência em crise, questionado em alguns dos seus fundamentos, permanecendo, embora, como o quadro de referência para repensar o papel do Estado democrático vinculado à economia de mercado. A crise é dupla: crise normativa, dominada pela crítica ao intervencionismo político e pela celebração ideológica da liberalização e da participação civil; crise financeira, com o jogo precário entre fiscalidade, endividamento e austeridade.

Do outro lado, a presença do Estado impõe-se por si mesma, ainda quando ele pareça retirar-se. Desde logo, a competição internacional não se reduz às empresas, implica a concorrência entre países ou blocos regionais, e, nesse plano, a actuação dos Estados e das organizações interestatais é decisiva. Acresce que a própria globalização hiperboliza as mobilizações nacionais, que são sempre mobilizações em torno de alegadas identidades e diferenças culturais.

Temos, pois, duas dinâmicas de sinal contrário: as restrições pesadas ao desenvolvimento de políticas expansionistas e de matriz redistributiva, em matéria social; o desenvolvimento e a pluralização do sector de actividades culturais. A tensão decorrente afecta a definição das políticas públicas.

Os Estados de hoje sabem que não podem ignorar a cultura: nem no sentido geral, mas decisivo, da qualidade e da forma cultural das políticas, dos actos políticos e dos discursos políticos; nem no sentido mais específico dos modelos e instrumentos de intervenção no domínio das actividades culturais. Só consideraremos, aqui, o segundo plano. Nele, a multiplicidade de agentes, paradigmas de expressão, circuitos de produção, distribuição e recepção, interesses grupais e projectos obriga à prática de algum eclectismo, ou, pelo menos, a não fechar de vez a porta a nenhuma esfera ou protagonista particular; ao passo que preocupações ou imperativos de eficiência e austeridade financeira, contrapostos a visibilidades e *lobbyings* diferenciados, conduzem a escolhas, opções, privilegiamentos e silenciamentos recíprocos.

Nos anos noventa, o leque de escolhas das políticas públicas não tem andado longe dos quatro pólos seguintes: o património; a formação educativa de públicos; a sustentação da oferta; e o uso económico-político da cultura.

As políticas de património não se reduzem, claro está, a operações de salvaguarda e conservação de edifícios e documentos emblemáticos. Para além da defesa e valoração, isto é, usufruto social, de sítios históricos e

conjuntos artísticos patrimoniais, abarcam também as medidas activas de defesa e divulgação da língua e cultura nacionais, das culturas subnacionais, dos reportórios literários, científicos, musicais, visuais, etc. — numa estratégia que, nas suas realizações mais conseguidas, sabe fazer da função de arquivo e conservação patrimonial uma garantia, aos presentes e vindouros, de bases de continuidade e experimentação para o seu próprio trabalho e fruição.

As políticas centradas sobre o fomento da formação artística não pretendem necessariamente proceder a «educações do gosto», concebidas à maneira de transmissão vertical, em regime mais ou menos acelerado, de valores tidos por indiscutivelmente superiores a massas tidas por incultas, ou cujos modelos e valores culturais são, ao mesmo tempo, deslegitimados. Parece, todavia, evidente a especificidade dos processos de articulação entre produção e consumo cultural: eles não são apenas um caso particular da relação económica entre ofertas e procuras; mas envolvem também, mais amplamente, formas complexas e multímodas de relação entre obras e públicos. Por isso, as políticas de realização de mercados, em matéria cultural, isto é, de reforço e alargamento de procuras, que permitam aumentar os consumos culturais e por aí estimular o lado da oferta, não podem ser vazadas em moldes puramente keynesianos. Requerem intervenções deliberadamente concebidas como formação de públicos, assumindo portanto uma forte componente educativa, que não quer dizer necessariamente escolar, mas não dispensa a escola: fileira de artes e manualidades do ensino básico, ensino artístico especializado, dispositivos de educação recorrente e de educação permanente, serviço público nos *media*, serviços educativos de instituições estruturantes, como museus, bibliotecas, mediatecas, centros culturais, etc.

É ainda preciso, entretanto, actuar directamente do lado da oferta. Parte importante das actividades de produção e conservação cultural, e algumas das que prometem mais alto valor patrimonial e/ou estruturante, e são, por isso, do maior interesse do ponto de vista da identidade nacional e da democracia, comportam custos elevados, e exigem promoção ou apoio estatal. Depois, a rede mais activa, quanto a práticas de criação, inovação, aproximação a gentes e apetências diversificadas, diluição de fronteiras e compartimentações estanques, não está em geral suficientemente apetrechada, em termos económico-financeiros, para sobreviver em mercados de concorrência imperfeita — e necessita, portanto, de apoios públicos regulares e substanciais, numa lógica de «mercado assistido». Por último, a comunicação e a competição internacionais, que são desiguais e geradoras de desigualdades, não podem ser enfrentadas apenas por actores de natureza privada; e parece, pois, legítima a intervenção do

Estado para a sustentação de oferta nacional ou regional supranacional (no caso, por exemplo, da competição entre Europa e Estados Unidos), sobretudo quando os interesses dos agentes culturais envolvidos coincidem com os interesses públicos, em matéria de defesa de culturas nacionais.

Já nos referimos atrás aos múltiplos usos sociais e políticos da cultura: ela pode ser vista como factor de atractividade, como motor de reordenamento dos espaços, como instrumento de *marketing*, promoção e comunicação institucional de empresas, como componente cerimonial e vector de integração social, como ensejo de consumo conspícuo, ostentação e distinção, como montra de regime, como forma superior de legitimação, encenação e emblematização política. Nenhuma política pública parece capaz de fazer a economia deste plano — e a economia do interesse *político* da política neste plano. Quer através de intervenções mais contínuas ou regulares, quer, sobretudo, através de mega-eventos, os vários órgãos e níveis do Estado retiram também dividendos especificamente políticos das iniciativas culturais: e tanto mais quanto maior for a evidência pública e o carácter por assim dizer operático, ou teatral, ou espectacular, destas.

3. As diversas e, por vezes, contraditórias políticas concretas distinguem-se, entre outros factores, pelos equilíbrios que propõem entre os quatro planos referidos. De um ponto de vista analítico, não será despidiendo anotar o seguinte. Na ordem das intenções e dos discursos, os dois primeiros planos gozam de alguma supremacia, em particular quando são glosados em termos de responsabilidades nacionais e de propósitos democratizantes. Na ordem das práticas, de um lado, a pressão dos agentes culturais propriamente ditos, os seus problemas recorrentes de dimensionamento e viabilização e a visibilidade social imediata das suas iniciativas, induz alguma focalização no plano da sustentação da oferta; ao passo que a lógica muito própria das relações entre representação cultural e representação política, associada à pressão de algumas procuras de elite, introduz alguma deriva para iniciativas de grande fulgor e espectacularidade, sejam elas mega-eventos, mega-equipamentos, ou mega-parcerias entre Estado e fundações ou empresas.

Não conseguiremos chegar, todavia, a um entendimento satisfatório das questões relacionadas com as políticas públicas se não retivermos, ao menos esquematicamente, dois critérios de diferenciação de agentes. Do lado do Estado, quatro níveis de organização e actuação: local, regional, estatal e interestatal. Do lado da chamada sociedade civil, múltiplos agentes intervenientes neste domínio: empresas produtoras culturais, empresas

promotoras de actividades culturais, fundações, cooperativas e associações de criadores-produtores, cooperativas e associações de receptores-consumidores, instituições de parceria público-privado e, até, grupos informais de praticantes mais ou menos devotados.

Importa, pois, não nos deixarmos levar por uniformizações simplistas. As escalas; as lógicas de legitimação e actuação; os jogos entre *inputs* e *outputs* do processamento político de recursos, necessidades, interesses e projectos; as bases materiais e institucionais da acção do Estado; tudo isto varia consideravelmente, consoante o nível em que nos situemos. Autarquias locais, administração central e organismos comunitários (supranacionais) tecem uma rede nem necessariamente coesa nem necessariamente harmónica de suportes e promotores de políticas culturais públicas. Analogamente, é incorrecto reduzir-se a diversidade de actores presentes, da banda não-estatal, à sociedade civil, se acaso persistirmos em mitificá-la como uma reunião espontânea de vontades particulares dispersas.

Ao contrário do que muitas vezes se diz, a tensão essencial da acção cultural não reside na dicotomia entre promoção pública e promoção privada. Quem conhece, por exemplo, a realidade das ofertas e consumos culturais das cidades de pequena e média dimensão sabe que parte importante da organização local de espectáculos e de quadros e oportunidades de educação cultural é assegurada por instituições que resultam da associação de agentes, quer criadores, quer consumidores (assim, aliás, desafiando esta distinção abrupta), e que constituem, à escala do País, uma rede relativamente madura de estruturas de *terceiro sector*, se for permitido convocar, aqui, uma diferenciação corrente na economia.

Nos casos em que, de um lado, a televisão e a rádio são os principais canais de acesso massivo a diversíssimos bens simbólicos e a generalidade da oferta proveniente das indústrias culturais está claramente subordinada aos centros de produção e distribuição hegemónicos à escala mundial; e, do outro lado, a iniciativa mecenática privada é ainda incipiente — nestes casos, os programas de partilha de iniciativa e responsabilidade entre Estado e sociedade civil têm de potenciar ao máximo os recursos e virtualidades daquele *sector social* da cultura, e a lógica de participação militante ou benévola e de quase autoconsumo que o distingue, quer das diligências propriamente políticas geradas no interior do Estado, quer dos fins lucrativos do investimento das empresas culturais, quer dos objectivos de comunicação de imagem e promoção publicitária naturalmente associados ao apoio mecenático.

Ora, Portugal parece representar justamente um tal caso. Há, pois, que afinar a relação entre Estado e sociedade civil, de modo a poder

distinguir-se, pelo menos, os vários níveis do Estado, desde a administração local até às organizações e compromissos internacionais, e os vários parceiros possíveis para esse mesmo Estado, porque há lógicas de auto-organização, de actividade mercantil, de constituição de capital simbólico, de afirmação mecenática, de instituição de fundações, de representação ou influência política, que podem dar e dão, aliás, azo a combinações multiformes. Para fazer valer essa relação, deve perceber-se que se trata de concertar, caso a caso, diferentes níveis de investimento para diferentes objectivos — e, portanto, a questão deve ser enunciada na sua forma mais ampla, como a das articulações eficientes entre obrigações do Estado e (diversas formas e agentes de) participação civil.

4. O debate em torno das políticas públicas é, de raiz, um debate político. Os modos como as instâncias decisoras interpretam as situações, definem objectivos e constroem coligações respeitam e também configuram escolhas propriamente políticas, e concretizam-se em actuações cuja legitimação é, em primeiro lugar, política e só depois, por assim dizer, técnica. Isto não significa, contudo, que seja impossível ou indesejável que, colocando-nos de um ponto de vista mais analítico do que normativo, tentemos identificar algumas balizas e prever algumas consequências das escolhas e decisões políticas. Designadamente, valerá a pena reflectir um pouco sobre as condições associadas à diversidade e heterogeneidade dos campos culturais, que aqui procurámos destacar.

Aceitemos, assim, que as políticas públicas em matéria cultural, sendo indispensáveis, devem crescentemente incorporar elementos de estimulação e co-responsabilização da pluralidade de actores e interesses que se exprimem na chamada sociedade civil. Olhando as coisas do ângulo dessas políticas, relevemos, então, quatro interrogações finais, sobre os níveis de intervenção, eficiência, consensualização e parceria, envolvidos nelas.

Quanto ao nível de intervenção das políticas públicas, a situação real parece continuar a exigir — e, em certo sentido, exigir cada vez mais — a opção por *acções estruturantes*. Tomo por *acções estruturantes* aquelas que permitem garantir suportes físicos, humanos, organizativos e financeiros às actividades dos agentes culturais, sejam eles mais criadores ou mais usufruidores de bens culturais. Não se trata evidentemente, apenas, de construir e manter equipamentos de alguma dimensão, como salas de espectáculo ou centros polivalentes. Mas também passa por eles, designadamente em países, como Portugal, cujas cidades estão tão carenciadas nesse patamar.

Equipamento pode tornar-se, porém, uma palavra enganosa, evocando exageradamente estrutura física. Prefiro falar, em geral, de *instituições*

de infra-estruturação cultural, que cumprem funções análogas às das chamadas estruturas básicas da vida quotidiana, como vias de comunicação, redes de água, electricidade e saneamento ou hospitais e centros de saúde. São, no nosso caso, sobretudo funções de salvaguarda, conservação e disponibilização de aquisições colectivas em cultura; promoção activa da sua acessibilidade a qualquer interessado; informação e difusão de referências actuais; base institucional, logística e técnica das obras que cada um, e, em particular, os profissionais, entendam levantar. Em coerência, as políticas públicas não deveriam fugir a uma valorização intencional da dotação em museus, bibliotecas, mediatecas, arquivos, recintos de espectáculos, escolas, etc., e da difusão organizada de bens patrimoniais, qualquer que seja a forma que assumam, quadros, gravuras, livros, peças teatrais, partituras, filmes, fotografias, etc. — o que passa, claro, não só pelo arquivo, em acepção estrita, como pela exibição regular de reportórios (e a revisão crítica permanente dos cânones patrimoniais). Neste campo, creio ser claro que a responsabilidade primeira pertence ao Estado.

Assim como lhe pertence também noutra área de actuação muito próxima, e que tem a ver com a *estruturação dos campos de agentes culturais, quer do lado das posições de oferta, quer, sobretudo, do lado dos públicos*. O que significa assegurar a componente formativa da acção cultural, e o que articula formação cultural com formação educativa, escolar e não-escolar; apoiar preferencialmente as formas não mercantis do trabalho cultural, isto é, as que têm a ver com a pesquisa fundamental em arte, ciência ou comunicação; e apoiar, logo depois, as obras e actividades que, apresentando uma relação entre custos e benefícios tal que os custos são elevados e os benefícios económicos menores que os culturais, pedem lógicas de «mercado assistido», independentemente do grau de legitimidade cultural em que se situem (sejam elas, portanto, óperas ou artesanato).

Na situação que enfrentamos, parece curial, do ponto de vista analítico — isto é, arredando provisoriamente as determinações e os objectivos propriamente políticos das políticas culturais — que as autoridades e as instituições públicas privilegiem programas nos dois grandes domínios do património e da educação, desde que estes sejam concebidos, não numa atitude conservacionista («respeitar integralmente os valores do passado») ou instrucionista («derramar as luzes pelos iletrados»), mas numa lógica de construção de patamares estruturantes das práticas culturais, plurais, dos, diferentes, cidadãos. Ao mesmo tempo, esta opção conteria, em si mesma, um critério de intervenção nos restantes domínios que atrás distinguimos: a sustentação da oferta e a utilização cerimonial e política das actividades culturais extra-ordinárias. Para sermos coerentes, deveríamos estimular, neles, justamente os projectos de que seria

razoável esperar efeitos sociais de actividade mais alargados e duradouros.

O equacionamento crítico de escalas e eficiências de actuação não pode deixar de considerar, em Portugal, a possibilidade de virmos a ter, a curto ou médio prazo, um outro nível de poderes eleitos: as regiões administrativas. Se ela se concretizar, dispostemos de três escalas diferenciadas, local, regional e nacional, a que deveremos acrescentar o cada vez mais importante plano interestatal e transnacional. Já hoje, no balanceamento entre intervenção cultural autárquica e intervenção cultural governamental, enfrentamos problemas recorrentes, ora de demissões recíprocas de responsabilidades, ora de duplicação de esforços, ora de incompatibilidade radical de propósitos e medidas. Até certo ponto, isto faz parte do quadro de regulação de interesses e projectos plurais, que caracteriza a democracia. Não será menos verdade, todavia, dizer-se que retiraríamos benefícios de alguma divisão de funções, de alguma margem de especificação das políticas públicas, e de alguma sabedoria na escolha das escalas adequadas às acções pretendidas.

Do último ângulo, o poder regional politicamente legitimado poderá introduzir um factor de racionalização. Há serviços e actividades culturais cujo alcance — e cujas exigências humanas, logísticas e financeiras — excedem a escala puramente local. Penso, designadamente, nas artes do espectáculo. Quanto à divisão de tarefas, o princípio da subsidiariedade pode ser aplicado com proveito para todos. Talvez não haja domínio em que a actuação do Estado central possa ser mais discreta e distanciada, mais absorvida pelas questões de relevância directamente nacional, do que a cultura. Em dois planos. Uma transferência equilibrada de recursos e competências para níveis políticos e administrativos mais próximos das redes e dos circuitos locais permite importantes ganhos de eficiência técnica e de impacto social. E resultado análogo teria a maior autonomização, face ao nível propriamente político, dos institutos públicos de gestão ou regulação, seja do património, seja das artes cénicas, seja da rede de leitura, e assim por diante.

Entramos, pois, nas questões de concertação e consensualização de políticas culturais. As duas coisas não são redutíveis uma à outra, mas vale a pena pensá-las em conjunto. A área do património, no sentido lato aqui usado, parece constituir a que mais fácil e utilmente se presta à construção de consensos bastante alargados. Além do mais, a construção de um consenso nacional alargado representaria uma das mais firmes barreiras contra a tentação, corrente em governos de várias cores, para abusar politicamente das políticas de património, isto é, para fazer do património um campo de ostentação. Mas carecemos também de esforços

para a consensualização nas áreas da formação dos públicos e da sustentação da oferta.

O ponto a reter é que nenhum consenso se faz por dissolução instantânea das clivagens e das conflitualidades que estruturam os campos políticos e culturais, faz-se, pelo contrário, a partir delas e da tensão produtiva e enriquecedora que elas podem gerar, ou se pode gerar com elas. Aliás, é por haver actores, posições, interesses e projectos diferenciados, legitimamente diferenciados, que há lugar a concertação de ideias, acções, deveres e benefícios. Quando, por outro lado, falamos de concertação estratégica, e de construção activa de consensos, não queremos com isso dizer que almejamos uma espécie de unanimidade essencial em matéria de valores culturais: a concertação diz respeito a políticas gerais de acção cultural, e não a paradigmas, gostos e preferências culturais, em relação aos quais o Estado não dispõe de qualquer mandato e a sociedade só lucra com ser plural.

As dinâmicas de parceira, ou partenariado, constituem um caso particular, e particularmente expressivo, de concertação. A este nível, vale a pena talvez lembrar alguma coisa. Considerando um caso como o português, notar-se-á que essas dinâmicas vêm sendo perturbadas por vários obstáculos e algumas perversões. Mesmo no interior do Estado, a ideia de parceira não tem conseguido desbravar caminho, ocupado como está por lógicas de concorrência e replicação entre serviços e níveis de administração; e, várias vezes, estas lógicas minam as próprias parcerias que se vão constituindo. O nosso sistema fiscal, que é apertado em relação aos rendimentos do trabalho dependente e lasso em relação aos outros, não é o aguilhão que, noutros países, incentiva ao mecenato: as vantagens fiscais prometidas aos mecenas nem são especialmente atractivas, nem especialmente necessárias. A tradição de promoção cultural, no meio empresarial, é relativamente escassa, em consonância com a incipiência nas mudanças nas culturas e na comunicação externa das empresas. Há sinais, contudo, de que a situação pode estar a alterar-se. O Estado concorre directamente com os produtores culturais privados e associativos na obtenção de fundos mecenáticos. Algumas parcerias entre entidades públicas e privadas são mais formais do que efectivas, e algumas fundações têm como único ou determinante objectivo eximir certas actividades ou instituições públicas das regras da chamada burocracia e/ou do controlo financeiro convencional.

A conclusão parece óbvia. É preciso disciplinar as regras e as práticas de constituição de parcerias, designadamente entre entidades públicas e privadas, e respectivos sistemas de co-responsabilização e contrapartidas. É preciso recusar a redução da parceria à partilha de custos, alívio de

encargos financeiros do Estado, ou sacudir de responsabilidades, e deixar claro que, em matéria do que chamei aqui serviços e actividades culturais estruturantes, o Estado assume a obrigação primeira. É preciso enriquecer a concepção de parceria, de modo a incorporar a pluralidade e a heterogeneidade dos protagonistas dos campos culturais — ou seja, evitar fechar a parceria na relação público/privado, e pensá-la antes, de uma banda, no interior do próprio Estado, entre os níveis local, regional e central, depois nas relações do Estado com o sector privado e o *terceiro sector* da nossa própria cultura.

Nada disto elimina o plano propriamente político das políticas culturais. As políticas públicas continuam a ser políticas, envolvendo escolhas, debates, programas, legitimações. E o Estado continua a deter um papel essencial nelas, que deve situar-se na continuidade do Estado democrático: procurar equilíbrios, atenuar assimetrias, estimular a participação de todos no que a todos diz respeito.

(Este texto baseia-se numa comunicação apresentada ao Colóquio «Cultura, Estado e Sociedade Civil», realizado na Feira Internacional das Indústrias Culturais, em Lisboa, em Novembro de 1995. Optei por não incluir referências bibliográficas. Mas isso não quer dizer que ela não deva nada a ninguém. Pelo contrário, deve muito a muita gente. Gostaria, em particular, de explicitar que beneficiei do que li e do que ouvi, em várias ocasiões, aos meus colegas Alexandre Pomar, António Barreto, António Reis, Idalina Conde, José Madureira Pinto, Manuela de Melo e Maria de Lourdes Lima dos Santos).